



Agência Reuters – 11 Mar 2004

Empresas ainda negociarão modelo energético na regulamentação

A aprovação final do novo modelo do setor elétrico no Congresso nesta quinta-feira abre uma nova rodada de negociações entre o governo e o setor privado durante o período de regulamentação das novas leis. Derrotados em vários pleitos no texto original, investidores do setor agora estão otimistas em obter avanços.

"O texto que foi aprovado não assegura investimentos, mas dá sinais positivos de que temos que continuar negociando", afirmou o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales.

O diretor-executivo da Associação dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Maurício Corrêa, disse à Reuters que já estiveram com a ministra Dilma Rousseff na semana passada e que vão atender ao pedido dela de colaborar com a regulamentação.

"Brigamos quando foi preciso brigar, mas o Congresso aprovou a medida provisória. Agora é hora de trabalhar junto com o governo na regulamentação mais adequada para o setor", comentou Corrêa.

As Medidas Provisórias 144 e 145, encaminhadas ao Congresso depois da divulgação do novo modelo em dezembro do ano passado, serão agora submetidas à sanção presidencial e, então, regulamentadas. A expectativa da ministra é ter a regulamentação aprovada até o final de abril.

O novo modelo do setor elétrico, que prevê uma transição até 2006, estabelece o planejamento de longo prazo e leilões de energia pelo menor preço. As distribuidoras terão que planejar quanta energia será comprada para poder repassar os custos ao consumidor final.

Para Sales, a atividade de distribuição de energia é a que continua exposta a um maior risco, porque ainda não está claro como será feito o repasse para o consumidor. "Seguramente tem aprimoramentos que podem ser conseguidos na regulamentação", afirmou.

Os investimentos de longo prazo, segundo Sales, ainda não estão garantidos, mesmo com o novo modelo. Este ano, está prevista a geração de mais 5.600 MegaWatts (MW) e outros 2.000 ao ano em 2005 e 2006. Para 2007, segundo Sales, não há geração adicional prevista.

"Todo mundo desacelerou em função da instabilidade do marco regulatório", disse. Analistas projetam que são necessários investimentos privados de 3 bilhões de dólares ao ano, além de um valor semelhante do sistema estatal.

As medidas provisórias passaram pela Câmara dos Deputados praticamente sem modificações, mas houve maior flexibilidade nas negociações no Senado, que assimilou algumas das propostas apresentadas pelo setor privado na chamada "agenda mínima".

A principal alteração ao projeto original do governo foi o de recuar a 2000 o ano base para considerar uma usina nova, portanto com investimento ainda não amortizado, o que permite cobrar mais pela energia. Outra modificação foi permitir a participação dos comercializadores no leilão de ajuste dos contratos das distribuidoras.

"É uma alteração bastante significativa", disse Corrêa, mencionando que isso inclui 3 milhões de MW ao mês, o que representa 5 por cento do mercado brasileiro de geração de energia.

O novo modelo do setor elétrico ainda inclui a criação de uma estatal para planejamento, chamada de Empresa de Pesquisa Energética (EPE).